



PROCESSO	
INTERESSADO	Plenário do CAU/RS
ASSUNTO	Define procedimentos acerca de solicitação de registro de pessoa jurídica e encaminha sugestões ao CAU/BR.

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA DPO/RS Nº 1008/2019

Define procedimentos acerca de solicitação de registro de pessoa jurídica e encaminha sugestões ao CAU/BR.

O PLENÁRIO DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO RIO GRANDE DO SUL – CAU/RS no exercício das competências e prerrogativas de que trata o artigo 29, do Regimento Interno do CAU/RS, reunido ordinariamente em Porto Alegre – RS, na sede do CAU/RS, no dia 25 de janeiro de 2019;

Considerando que, em conformidade com o art. 149, da Constituição Federal, compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais de interesse das categorias profissionais, categoria de tributo na qual se insere a anuidade;

Considerando o disposto no art. 1º, da Lei nº 6.839/1980, o qual estabelece que “o registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros”;

Considerando o disposto no art. 97, do Código Tributário Nacional, o qual define que somente a lei pode estabelecer, entre outros: a instituição, a extinção, a majoração e a redução de tributos; a definição do fato gerador da obrigação tributária principal; a definição do sujeito passivo; a fixação de alíquota do tributo e sua base de cálculo; e as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários, ou de dispensa ou redução de penalidades;

Considerando que o art. 7º, da Lei nº 12.378/2010, estabelece que “exerce ilegalmente a profissão de arquiteto e urbanista a pessoa física ou jurídica que realizar atos ou prestar serviços, públicos ou privados, privativos dos profissionais de que trata esta Lei ou, ainda, que, mesmo não realizando atos privativos, se apresenta como arquiteto e urbanista ou como pessoa jurídica que atue na área de arquitetura e urbanismo sem registro no CAU”;

Considerando que o art. 10, da Lei nº 12.378/2010, define que “os arquitetos e urbanistas, juntamente com outros profissionais, poder-se-ão reunir em sociedade de prestação de serviços de arquitetura e urbanismo, nos termos das normas de direito privado, desta Lei e do Regimento Geral do CAU/BR”, as quais, sem prejuízo do registro e aprovação pelo órgão competente, devem se “cadastrar no CAU da sua sede, o qual enviará as informações ao CAU/BR para fins de composição de cadastro unificado nacionalmente”;

Considerando que “o CAU/BR e os CAUs têm como função orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo, zelar pela fiel observância dos princípios de ética e disciplina da classe em todo o território nacional, bem como pugnar pelo aperfeiçoamento do exercício da arquitetura e urbanismo”, conforme dispõe o art. 24, § 1º, da Lei nº 12.378/2010;

Considerando que, segundo o art. 34, inciso V, da Lei nº 12.378/2010, compete aos CAUS “realizar as inscrições e expedir as carteiras de identificação de profissionais e pessoas jurídicas habilitadas, na forma desta Lei, para exercerem atividades de arquitetura e urbanismo, mantendo o cadastro atualizado”;

Considerando que a hipótese de incidência, o fato gerador, a alíquota, a base de cálculo e o sujeito passivo da contribuição social de interesse das categorias profissionais (anuidade) foram instituídos por meio dos artigos 42, 43 e 44, da Lei nº 12.378/2010, que seguem:



Art. 42. Os profissionais e as pessoas jurídicas inscritas no CAU pagarão anuidade no valor de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

§ 1º Os valores das anuidades serão reajustados de acordo com a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, nos termos de ato do CAU/BR.

§ 2º A data de vencimento, as regras de parcelamento e o desconto para pagamento à vista serão estabelecidos pelo CAU/BR.

§ 3º Os profissionais formados há menos de 2 (dois) anos e acima de 30 (trinta) anos de formados, pagarão metade do valor da anuidade.

§ 4º A anuidade deixará de ser devida após 40 (quarenta) anos de contribuição da pessoa natural.

Art. 43. A inscrição do profissional ou da pessoa jurídica no CAU não está sujeita ao pagamento de nenhum valor além da anuidade, proporcionalmente ao número de meses restantes no ano.

Art. 44. O não pagamento de anuidade no prazo, sem prejuízo da responsabilização pessoal pela violação ética, sujeita o infrator ao pagamento de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor devido e à incidência de correção com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC até o efetivo pagamento.

Considerando que o CAU/BR, por meio da Resolução nº 028/2012, ao regulamentar os procedimentos relativos ao registro de pessoa jurídica de arquitetura e urbanismo, definiu, em seu art. 1º, que ficam obrigadas ao registro: as pessoas jurídicas que tenham por objetivo social o exercício de atividades profissionais privativas de arquitetos e urbanistas; as pessoas jurídicas que tenham em seus objetivos sociais o exercício de atividades privativas de arquitetos e urbanistas cumulativamente com atividades em outras áreas profissionais não vinculadas ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo; e as pessoas jurídicas que tenham em seus objetivos sociais o exercício de atividades de arquitetos e urbanistas compartilhadas com outras áreas profissionais, cujo responsável técnico seja arquiteto e urbanista;

Considerando que o art. 1º, § 1º, da Resolução CAU/BR nº 028/2012, estabeleceu que “o requerimento de registro de pessoa jurídica no CAU/UF somente será deferido se os objetivos sociais da mesma forem compatíveis com as atividades, atribuições e campos de atuação profissional da Arquitetura e Urbanismo”;

Considerando que o art. 5º, da Resolução CAU/BR nº 028/2012, definiu que o registro inicial de pessoa jurídica deverá ser requerido por meio do preenchimento de formulário próprio, disponível no SICCAU, ao qual deve ser anexada a seguinte documentação: ato constitutivo, devidamente registrado no órgão competente, incluindo as alterações, ou se for o caso, a consolidação e as alterações posteriores; comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); e Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de Cargo ou Função do arquiteto e urbanista indicado como responsável técnico;

Considerando que o art. 7º, da Resolução CAU/BR nº 028/2012, instituiu que o processo de registro de pessoa jurídica será submetido à avaliação do CAU/UF que, no prazo de 30 (trinta) dias, deverá: deferir o registro, se a requerente atender aos dispositivos da Lei nº 12.378/2010 e desta Resolução; promover diligências para saneamento de pendências, concedendo prazo de 10 (dez) dias para manifestação da requerente; ou indeferir o registro, quando ficar configurada a sua impossibilidade;

Considerando que, em conformidade com o art. 12, da Resolução CAU/BR nº 028/2012, registro a que se refere o artigo anterior deverá ser requerido por meio do preenchimento de formulário próprio, disponível no SICCAU, ao qual deve ser anexada a seguinte documentação: ato constitutivo referente à criação da filial, devidamente registrado no órgão competente; comprovante de inscrição da filial no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); e Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de Cargo ou Função do arquiteto e urbanista indicado como responsável técnico da filial;

Considerando que, em conformidade com o art. 16, da Resolução CAU/BR nº 028/2012, o registro no CAU/UF de sociedade personificada deverá ser requerido por meio do preenchimento de formulário próprio, disponível no SICCAU, ao qual deve ser anexada a seguinte documentação: ato constitutivo da sociedade, devidamente registrado no órgão competente; comprovante de inscrição no Cadastro Nacional



de Pessoas Jurídicas (CNPJ); e Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de Cargo ou Função do arquiteto e urbanista indicado como responsável técnico da sociedade;

Considerando que, em conformidade com o art. 21, da Resolução CAU/BR nº 028/2012, o registro de seção técnica deverá ser requerido por meio do preenchimento de formulário próprio, disponível no SICCAU, ao qual deve ser anexada a seguinte documentação: ato constitutivo da pessoa jurídica e, se houver, da seção técnica; comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica a que a seção técnica se vincula; e Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de Cargo ou Função do responsável técnico pela seção técnica;

Considerando que, pelo disposto no art. 29, da Resolução CAU/BR nº 028/2012, “*uma vez deferido o registro das pessoas jurídicas tratadas nesta Resolução, essas, antes do início de suas atividades, deverão efetuar junto ao CAU/UF o pagamento da anuidade do exercício corrente*”;

Considerando o disposto no art. 30, da Resolução CAU/BR nº 028/2012, o qual define que “*a pessoa jurídica registrada no CAU/UF fica sujeita aos regimes de anuidades, taxas e multas fixados em normas próprias do CAU/BR*”;

Considerando que o registro da pessoa jurídica gera a obrigatoriedade do pagamento das contribuições sociais de interesse das categorias profissionais (anuidade) e que a Resolução CAU/BR nº 028/2012 foi omissa ao deixar de estabelecer, de forma clara, quem possui competência para solicitar o registro da pessoa jurídica no CAU;

Considerando que o art. 1.022, do Código Civil, estabelece que “*a sociedade adquire direitos, assume obrigações e procede judicialmente, por meio de administradores com poderes especiais, ou, não os havendo, por intermédio de qualquer administrador*”;

Considerando, por fim, a Deliberação nº 057/2018 - CEP-CAU/RS que solicitou encaminhamento do tema para esclarecimentos do CAU/BR;

DELIBEROU por:

- 1 Determinar que o registro da pessoa jurídica seja efetuado através de solicitação firmada por representante legal ou por pessoa com procuração específica para tal ato, nos termos do art. 1.022, do Código Civil, conforme modelo de requerimento em anexo;
- 2 Encaminhar a presente deliberação à Presidência do CAU/BR com o objetivo de orientar adoção de medidas acerca da urgente necessidade de se aprimorar os procedimentos previstos na Resolução CAU/BR nº 028/2012, conforme se sugere:
 - “Art. 5º.
.....
d) solicitação de registro, assinada pelo representante legal da pessoa jurídica ou por quem possua procuração específica para tal ato.
.....
Art. 12.
.....
d) solicitação de registro, assinada pelo representante legal da pessoa jurídica ou por quem possua procuração específica para tal ato.
.....
Art. 16.
.....
d) solicitação de registro, assinada pelo representante legal da pessoa jurídica ou por quem possua procuração específica para tal ato.
.....



Art. 21.

.....

d) solicitação de registro, assinada pelo representante legal da pessoa jurídica ou por quem possua procuração específica para tal ato.”

3 Encaminhar esta deliberação para publicação no sítio eletrônico do CAU/RS.

Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Com 17 (dezesete) votos favoráveis dos conselheiros Alvino Jara, Claudio Fischer, Clóvis Ilgenfritz da Silva, Helenice Macedo do Couto, José Arthur Fell, Manoel Joaquim Tostes, Matias Revello Vazquez, Oritz Adriano Adams de Campos, Paulo Fernando do Amaral Fontana, Paulo Ricardo Bregatto, Priscila Terra Quesada, Raquel Rhoden Bresolin, Márcia Elizabeth Martins, Rodrigo Spinelli, Magali Mingotti, Rui Mineiro e Vinícius Vieira de Souza e 01 (uma) ausência da conselheira Roberta Krahe Edelweiss.

Porto Alegre – RS, 25 de janeiro de 2019.

TIAGO HOLZMANN DA SILVA
Presidente do CAU/RS

**ANEXO – MODELO DE REQUERIMENTO DE REGISTRO****REQUERIMENTO DE REGISTRO**

Eu, [Nome Completo],[nacionalidade], [profissão], inscrito no CPF sob o nº [número], residente e domiciliado em [Endereço, Cidade/UF], CEP nº [número], telefone nº ([DDD]) [número] e correio eletrônico [e-mail], na condição de representante legal de [Pessoa Jurídica representada], inscrita no CNPJ sob o nº [número], com sede em [Endereço, Cidade/UF], CEP nº [número], telefone nº ([DDD]) [número] e correio eletrônico [e-mail], em conformidade com as regras estabelecidas na Lei nº 12.378/2010 e na Resolução CAU/BR nº 028/2012, SOLICITO o registro da pessoa jurídica representada no Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul – CAU/RS, e DECLARO que esta exerce atividades nos campos de atuação profissional da arquitetura e urbanismo, conforme documentação em anexo¹.

[Cidade], de [dia] de [mês] de [ano].

[Nome do Completo do representante legal]

[Nome da Pessoa Jurídica representada]

¹ Em conformidade com a Resolução CAU/BR nº 028/2012, na ocasião de solicitação de registro, devem ser anexados: o documento que comprove os poderes do representante legal; o ato constitutivo da pessoa jurídica, devidamente registrado no órgão competente, incluindo as alterações, ou se for o caso, a consolidação e as alterações posteriores; o comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); e o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) de Cargo ou Função do arquiteto e urbanista indicado como responsável técnico.

**93ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CAU/RS****Folha de Votação**

Conselheiro	Votação			
	Sim	Não	Abstenção	Ausência
Alvino Jara	X			
Claudio Fischer	X			
Clóvis Ilgenfritz da Silva	X			
Helenice Macedo do Couto	X			
José Arthur Fell	X			
Manoel Joaquim Tostes	X			
Matias Revello Vazquez	X			
Roberta Krahe Edelweiss				X
Ortiz Adriano Adams de Campos	X			
Paulo Fernando do Amaral Fontana	X			
Paulo Ricardo Bregatto	X			
Priscila Terra Quesada	X			
Raquel Rhoden Bresolin	X			
Márcia Elizabeth Martins	X			
Rodrigo Spinelli	X			
Magali Mingotti	X			
Rui Mineiro	X			
Vinícius Vieira de Souza	X			

Histórico da votação:**Reunião Plenária Ordinária nº 93****Data:** 25/01/2019**Matéria em votação:** DPO 1008/2019 – Define procedimentos acerca de solicitação de registro de pessoa jurídica e encaminha sugestões ao CAU/BR.**Resultado da votação:** Sim (17) Não () Abstenções () Ausências (01) Total (18)**Ocorrências:** Não houve.**Secretário da Reunião:** Josiane Cristina Bernardi**Presidente da Reunião:** Tiago Holzmann da Silva